



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 142 NÚMERO 3091 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
JUNHO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



## ENTREVISTA Conceição Matos

Na clandestinidade, foi uma das muitas que desafiaram a repressão na luta contra o fascismo. Foi Marília, Maria Helena e Benvinda. Passou pela prisão duas vezes, foi interrogada pela PIDE e torturada. Uma trajetória de vida que é agora homenageada pel'A Voz do Operário. **págs. 8 e 9**

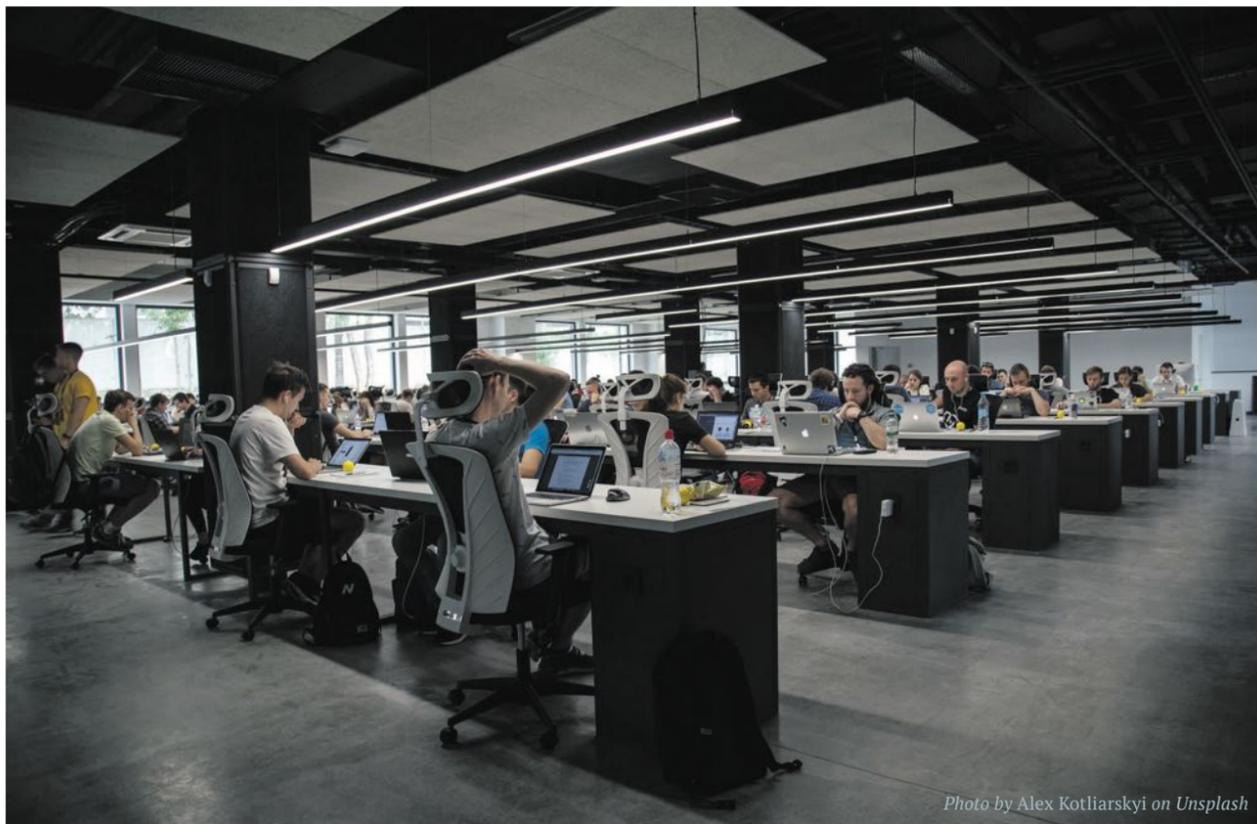


Photo by Alex Kotliarskiy on Unsplash

TRABALHO

## Esmiuçar conceitos laborais

Por vezes, as leis parecem encerrar um intrincado conjunto de conceitos indecifráveis que deixam os trabalhadores à deriva num mar de incompreensão. Mas, afinal, para que servem as normas que regem o tra-

balho? O que é a contratação coletiva, o princípio do tratamento mais favorável e a caducidade? Só é pobre quem quer? Um artigo que ajuda a desmontar mitos e a esclarecer alguns conceitos. **págs. 6 e 7**



## Greve na Administração Pública

O dia nacional de luta, convocado pela Frente Comum, ficou marcado por greves em todo o país e uma concentração à frente do Palácio Nacional da Ajuda, onde se encontrava reunido o Conselho de Ministros, para exigir respostas às suas reivindicações. Aumentos salariais de 90 euros e o fim do sistema de avaliação são algumas das exigências. **pág. 13**



## Mandato polémico em Almada

Nas últimas autárquicas, a CDU perdeu a Câmara Municipal de Almada para o PS, por pouco mais de 300 votos. Pela primeira vez em democracia, o concelho experimentou uma gestão diferente, envolta em polémicas constantes. Inês de Medeiros repete a candidatura e a CDU apresenta a atual autarca de Setúbal, Maria das Dores Meira. **pág. 10**



## A VOZ DO OPERÁRIO O que é o sucesso escolar?

Sérgio Gaitas, coordenador pedagógico n'A Voz do Operário, analisa os rankings escolares e destaca a relação da família com as escolas no desenvolvimento das crianças. **pág. 5**



## Israel massacra centenas em Gaza

O reacender mediático da limpeza étnica nos territórios ocupados e a continuação do genocídio perpetrado por Israel reacendeu o debate em torno da questão da Palestina. O drama é que assim que as imagens da Cúpula de Ferro deixarem de atrair as atenções da imprensa ocidental, o cenário será ainda pior do que era antes. **pág. 14**

## Palestina, um povo mártir às mãos criminosas de Israel

Manuel Figueiredo,  
Presidente da Direção

O mártir povo palestino continua a ser alvo da mais brutal agressão por parte de Israel, agora com uma nova escalada de bombardeamentos da aviação sionista, que provocou várias centenas de mortes, muitas delas crianças, e milhares de feridos, para além da destruição massiva de casas, fábricas, hospitais, escolas, igrejas, escritórios de agências de informação internacionais (como o edifício da estação noticiosa Al-Jazeera numa tentativa de limitar o conhecimento da situação pela comunidade internacional) e infraestruturas, designadamente estradas e abastecimento de energia elétrica.

Esta nova escalada da agressão israelita segue-se à resistência às forças de ocupação israelitas, durante o mês do Ramadão, depois de militares e colonos terem atacado palestinos na Mesquita de al-Aqsa e imediações e terem ordenado a expulsão de palestinos das suas casas do Bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém Oriental, para ali avançar com mais um colonato, situações que desencadearam fortes protestos, tanto nos territórios ocupados como a nível internacional.

Esta brutal agressão ocorre no mês em que se assinalam os 73 anos da Nakba (catástrofe) que em 1948, por ocasião da instalação do estado de Israel, se abateu sobre a Palestina, com a expulsão de 750 mil palestinos e a destruição de mais de 500 povoações, em consequência dos ataques perpetrados pelas milícias e brigadas sionistas do exército israelita que causaram ainda 15 mil mortos, numa ação que teve como objetivo a limpeza étnica e a expulsão de toda a população palestina das suas terras e dos lugares onde sempre viveu.

Posteriormente, em 1967, Israel ocupou toda a Palestina histórica, impondo um regime racista, colonial e de apartheid ao povo palestino. A atual ofensiva de Israel contra a população palestina evidencia que a limpeza étnica da Palestina é um processo contínuo, em que Israel está fortemente empenhado.

Israel construiu um ignóbil muro de separação, impondo um cruel regime de segregação ao povo palestino. O criminoso bloqueio imposto à Faixa de

Gaza mantém dois milhões de pessoas, reféns na sua própria pátria, transformando-a numa imensa prisão, onde nada nem ninguém entra ou sai sem prévia autorização de Israel, em que tudo falta, incluindo os bens e serviços essenciais à sobrevivência da população, onde nem sequer podem fugir dos bombardeamentos dos agressores sionistas, situação particularmente agravada pela pandemia da Covid19, criando enormes entraves no acesso aos cuidados de saúde e à vacinação.

A escalada de agressão de Israel e das forças sionistas visa a anexação de Jerusalém Oriental e de todo o território histórico da Palestina, negando de facto ao povo palestino o seu legítimo direito a um Estado. Neste seu objetivo, Israel conta com a conivência e o apoio dos Estados Unidos da América, mas também com a complacência da União Europeia, que impõem sanções ou bloqueios a países que resistem às agressões imperialistas, mas por outro lado, colocando no mesmo plano ocupante e ocupado, assistem indiferentes à sistemática agressão e violação do Direito Internacional por parte de Israel.

Sim porque ao contrário do que afirmam os que estão alinhados com o imperialismo, não estamos em presença duma guerra, nem tão pouco de um conflito. O que temos é uma ocupação sionista, que massacra o mártir povo palestino.

A escalada de violência perpetrada por Israel, acentua a sua política de opressão e sistemático desrespeito pelo direito internacional, contrariando qualquer perspectiva de solução política para a questão palestina, nomeadamente a solução dos dois Estados, levando a cabo, de forma declarada, sucessivas violações das resoluções e planos internacionais de paz.

Como se comprova pelas recentes manifestações em Portugal e um pouco por todo o mundo, o povo palestino não está sozinho, tem o apoio dos trabalhadores e do povo de todo o planeta que lhe manifestam a mais profunda solidariedade na sua resistência e luta contra a agressão, contra a destruição e o sofrimento e no seu empenho pelo fim da ocupação e desmantelamento dos colonatos e pela criação do Estado da Palestina, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental e no respeito do direito ao regresso dos refugiados palestinos.

### EDITORIAL

## Resistir ao passado para conquistar o futuro

A homenagem d'A Voz do Operário à resistente antifascista Conceição Matos é um ato de inteira justeza. Milhares de mulheres e homens dedicaram os melhores dias das suas vidas à luta contra o regime fascista. Muitos foram perseguidos, presos e torturados. O levantamento militar e a revolução que o acompanhou foram o corolário de enormes sacrifícios para todos eles e não foram poucos os que não chegaram a ver sequer os frutos da luta que semearam durante 48 anos de barbárie. Podiam muito bem ter optado por ficar no recato do lar e ter sucumbido à miséria e à pobreza no silêncio. As mulheres e os homens que nunca puderam ser crianças e que cresceram a trabalhar no campo ou nas fábricas, sob o signo do analfabetismo, por meia dúzia de tostões, podem ver, de forma escancarada nas televisões, a reabilitação do fascismo.

Os sucedâneos do salazarismo nunca se foram embora. Estiveram escondidos, à espera de um contexto propício para voltarem a propagar a ideologia que afogou o país na mais bruta das misérias. Querem fazer-nos crer que as desigualdades sociais dos nossos dias se resolvem com piscares de olho a um passado em que os grandes grupos económicos e financeiros tinham rédea solta. Mas muitos dos que hoje estão à frente das principais empresas e bancos vêm precisamente dessas famílias e são eles que desde 25 de Novembro de 1975 procuram vingar os avanços progressistas da revolução de Abril.

Ao longo de várias décadas assistimos a um ataque cerrado aos direitos laborais, entre outros, argumentando que a nossa arquitetura legal, que regula o trabalho, é demasiado rígida. O facto é que a cada machadada no código do trabalho o país continua a afastar-se dos restantes países europeus e os trabalhadores cada vez mais pobres. Para os que alegam que só é pobre quem quer, os números estão aí para mostrar o contrário. Em Portugal, são quase 60% os adultos pobres que trabalham. Se o caminho para sair desta encruzilhada não é o dos partidos que têm governado Portugal nas últimas décadas, muito menos será o daqueles que apostam em dar oxigénio à extrema-direita. O inimigo de todos eles é Abril e essa alvorada de conquistas sociais que põe em cheque o poder deles de se fazerem ricos à custa do nosso trabalho.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**REDAÇÃO PRINCIPAL** Bruno Amaral de Carvalho  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional



## ESCOLAS

# À conversa com Conceição Matos

## Um encontro para a cidadania



Visita ao Museu do Aljube.

Helena Galvão, professora

A escola que procuramos construir assume uma natureza democrática, inspirada por modelos socioconstrutivistas, em que o trabalho de construção social é reflexo de processos de participação ativa no plano coletivo e individual. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no 2.º ciclo da Escola A Voz do Operário da Graça, do ponto de vista organizacional e metodológico, enquadra-se no paradigma de uma escola para a cidadania, sendo os alunos convidados a participar democraticamente na tomada de decisões sobre a sua vida na escola (as suas aprendizagens, os seus comportamentos, as suas atitudes...). Nas várias disciplinas é valorizada e promovida a construção cooperada das aprendizagens. Os percursos individuais dos alunos cruzam-se com o trabalho coletivo e ambos são amparados por estruturas assentes na entreeajuda, na partilha e troca de saberes, no apoio ao outro, no estabelecimento de parcerias e no confronto de ideias. Vive-se um clima de negociação permanente em que a competição dá lugar à cooperação e à equidade. É neste ambiente de diálogo permanente que procuramos ajudar os nossos alunos a tornarem-se cidadãos conscientes e conhecedores, capazes de refletir criticamente acerca de tudo o que os rodeia, a conseguir ver para além do que é visível. Emergem, assim, fruto das vivências e experiências dos vários alunos, dos seus interesses, bem como dos programas das várias disciplinas, produções de natureza variada como aquelas que partilharemos em seguida. A partir de um conjunto de trabalhos de projeto iniciados no 1.º período do presente ano letivo, relacionados com a igualdade de género e a participação democrática, surgiram várias propostas apresentadas por diferentes alunos: entrevistas, construção de vídeos e panfletos, visitas a museus. De entre

as várias propostas, que vieram a concretizar-se na sua maioria, destaca-se a visita ao Museu do Aljube, a entrevista realizada à dirigente do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) Sandra Benfica, a entrevista ao deputado da Assembleia da República Duarte Alves e a entrevista à antiga presa política Conceição Matos, da qual falaremos mais pormenorizadamente. Em diferentes momentos de trabalho, organizados em pequeno grupo e/ou em grande grupo, os alunos procuraram dar resposta às suas inquietações através da recolha de informação, tratamento da mesma e respetiva comunicação dos resultados da investigação aos restantes colegas. Foi, assim, decorrente das comunicações dos projetos anteriormente referidos (igualdade de género e participação democrática) que os vários alunos ficaram despertados para a situação das mulheres durante o período do Estado Novo e para as desigualdades e injustiças sociais a que, ainda hoje, muitas mulheres se encontram sujeitas.

Desta forma, e através de uma proposta apresentada no Diário de Turma de um dos grupos de alunos do 2.º Ciclo, posteriormente analisada e discutida em Conselho de Cooperação (reunião semanal durante a qual os alunos discutem sobre a vida do grupo), decidimos – alunos e professores – convidar uma mulher que tivesse vivido este período da nossa história contemporânea e pudesse partilhar connosco as suas experiências. Ao percebermos que a antifascista Conceição Matos seria a homenageada do presente ano na nossa instituição, decidimos convidá-la para uma conversa. Durante a preparação do encontro emergiu um conjunto de questões que acabámos por lhe apresentar, entre outras: *Em que ano foi presa? Por que motivo foi presa? Sofreu torturas? Qual foi a primeira sensação quando percebeu que iria ser presa? Qual foi a parte mais traumática de estar presa? O que sentia quando estava presa? O que comia na prisão? Esteve presa num curro?* No dia do encontro com

a convidada, os alunos, para além das questões que lhe colocaram, tiveram, ainda, a oportunidade de visualizar o documentário “A Cadeia dos Homens Bons” e de testemunhar relatos impressionantes de antigos presos políticos e do seu dia-a-dia numa prisão do Estado Novo. Do encontro ficou um conjunto muito significativo de aprendizagens, que contribuiu de um modo ímpar para a perpetuação da memória coletiva de um dos períodos mais lúgubres da história do nosso país. Testemunho disso são as palavras dos alunos:

“Estar preso era muito difícil porque havia muitas torturas e não se podia ver os familiares. Eles [os presos] tinham uma grande cumplicidade. Usam o código morse para comunicar entre si. Eram presos por tudo e por nada. Havia pessoas presas constantemente por terem opiniões diferentes das que eram supostas”. (Mónica)

“Achei curioso as pessoas casarem na prisão. Achei interessante a forma como as pessoas se entretinham a fazer peças de xadrez com pão. Eles faziam riscos na parede para terem noção de há quanto tempo estavam lá”. (Arthur)

“Gostámos de aprender como é que os presos trocavam mensagens. Gostámos de ouvir a Conceição a explicar como era difícil a vida antigamente”. (Vários)

“Nós aprendemos várias coisas durante a entrevista, mas as mais marcantes foram a sua história de vida e o documentário do seu marido que foi preso na antiga prisão política, hoje Museu do Aljube”. (Vários)

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária  
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%  
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa  
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa  
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

# O discurso de Bento Gonçalves n'A Voz do Operário



Bento Gonçalves, preso em 1935 (Arquivo da PIDE/DGS - Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

**Luís Carvalho**, investigador

Nos intervalos das suas três partidas para África, Bento Gonçalves não dispôs no total de mais de seis anos como dirigente operário no activo – e sempre sob ditadura. Mas, nesse tempo que lhe escasseou, deu um contributo que faz dele, sem dúvida, uma “figura grada” na história do sindicalismo e da resistência anti-fascista em Portugal. E na história do seu partido, o Partido Comunista Português.

Recorde-se que só depois de regressar de Angola, onde viveu dois anos em serviço militar, é que ele se salientou no movimento sindical, sendo eleito, em 1927, secretário-geral de um dos grandes sindicatos na Lisboa da época, o Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha, então com cerca de 1700 trabalhadores associados.

Foi na sequência da sua acção como sindicalista que Bento Gonçalves aderiu ao PCP e, em 1929, se tornou seu secretário-geral. No espaço de cerca de um ano, esteve entre os principais responsáveis pela reorganização que lançou o PCP para um papel central na resistência à ditadura. E foi fundador da Comissão Inter-Sindical, uma estrutura semi-legal que rapidamente passou a funcionar como uma nova central sindical. Tudo isto nas horas vagas deixadas pelo seu trabalho, como operário na oficina de máquinas do Arsenal da Marinha.

Até que, logo em 1930, foi preso e deportado, pri-

meiro para os Açores e depois para Cabo Verde: a sua segunda partida para África.

Só pôde regressar a Portugal em 1933. Retomou então funções na direcção do PCP e no seu posto de trabalho no Arsenal. Ao fim de seis meses, passou à clandestinidade, para se poder consagrar à luta contra a ditadura.

Mas teve pouco tempo. Em 1935 foi outra vez preso e deportado, novamente primeiro para os Açores e depois para Cabo Verde: a sua terceira partida para África.

E já não regressou com vida. Morreu, com apenas 40 anos de idade, no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Assassinado com exposição deliberada a doenças tropicais, maus tratos e negação de tratamento médico.

Bento Gonçalves foi um dos principais opositores assassinados pela ditadura de Salazar, juntamente com o general Humberto Delgado e o sindicalista Mário Castelhana (antigo secretário-geral da CGT).

## 1º de Maio

Em representação do sindicato do Arsenal da Marinha, Bento Gonçalves foi um dos oradores nas celebrações do 1º de Maio que, em 1928, se realizaram no salão da A Voz do Operário. Desse seu discurso, só conhecemos a moção que apresentou e que foi aprovada. É um documento que reflecte bem as limitações impostas pela ditadura militar, no “período pré-fas-

cista”. Com um cariz unitário e defensivo, não apresenta nenhuma nova reivindicação, mas marca uma afirmação de resistência, na qual ressalta a referência aos militantes operários e sindicais que estavam presos e deportados.

Dizia o seguinte:

*“Prestar homenagem a todos aqueles que, a despeito de sacrifícios indizíveis têm lutado em prol das reivindicações da classe operária, e procurar manter a todo o transe, além do horário normal de trabalho, todas as outras conquistas realizadas;*

*Afirmar o seu protesto contra todos aqueles que têm concorrido e procuram concorrer para o agravamento da situação económica e moral da mesma classe;*

*E, finalmente, prestar toda a solidariedade moral e material aos operários prejudicados pela sua acção nas associações.”* (entre outras fontes: *O Século*, 03/05/1928 e *Diário de Lisboa*, 02/05/1928)

Aqui a palavra “associações” refere-se a sindicatos. Segundo a lei sindical então ainda em vigor (de 1891), os sindicatos eram designados como “associação de classe” e era essa a expressão correntemente utilizada.

Esta celebração do 1º de Maio na A Voz do Operário contou também com a intervenção de uma mulher já veterana das lutas laborais, a operária tabaqueira Virgínia Silva.

## Liga Pró-Moral

Outra intervenção de Bento Gonçalves ligada à A Voz do Operário ocorreu no final do mesmo ano de 1928: foi ele quem presidiu à festa anual da “Liga Pró-Moral”.

Era uma associação de solidariedade social, focada no bairro da Graça, e que tinha sido fundada, em 1917, por um grupo de funcionários da A Voz do Operário.

Segundo um balanço efectuado em 1945, a Liga Pró-Moral já tinha distribuído roupa e calçado a mais de duas mil crianças. Ao longo desses anos teve como dirigentes várias figuras históricas da A Voz do Operário como os sindicalistas João Rodrigues Cassão (dos operários tabaqueiros), Agostinho de Carvalho (dos arsenalistas da Marinha), ou Júlio Silva e Amílcar Costa (dos caixeiros), entre outros.

Em 1928 a Liga Pró-Moral estava instalada na sede do sindicato do Arsenal da Marinha, cujo secretário-geral era Bento Gonçalves. Foi nessa função que lhe coube presidir à festa anual, na qual foi oferecida roupa completa e calçado a 36 crianças, além de lhes ter sido servido um almoço convívio.

No momento de sessão solene, Bento teve a seu lado, a secretária-lo, o regedor da freguesia, Joaquim Salvador, e um representante da A Voz do Operário, José de Almeida.

Refira-se que, para além de albergar a Liga Pró-Moral, o sindicato do Arsenal da Marinha mantinha uma escola primária com perto de 30 alunos, equipada com uma cantina infantil. E dispunha também de uma biblioteca para os sócios.

Era um exemplo da importante acção cultural e social levada a cabo pelos sindicatos livres, que a ditadura dissolveu à força, ao transformar-se num regime de tipo fascista, em 1933.

## ESCOLAS

# Devolver a escola às famílias: a escola é nossa

Sérgio Gaitas, Diretor pedagógico do espaço educativo da Graça

Existem muitas formas de avaliar qualidade das escolas. As mais frequentes, traduzidas nos famosos rankings escolares recentemente publicados, são baseadas nas pontuações em testes standardizados. Fazemos um parêntesis reto relevante [para além das enormes limitações na tradução da qualidade de uma escola e dos impactos negativos em professores e alunos, ao fim de 20 anos da sua publicação continua por aferir as suas mais valias – para além de servir o capital: em 2001 o top 50 era ocupado por 21 escolas privadas e 29 públicas; em 2005, 27 privadas e 23 públicas; em 2015, 38 privadas e 12 públicas; em 2019, 44 privadas e seis públicas; em 2020, 47 para três. Está quase. Faltam 3. Mas importa não ir já a correr fazer a matrícula. Há quem diga que, se der a morada que não deve ser dada, as vagas desaparecem. Assim, por exemplo, considerando a escola que ocupa o 1º lugar, é importante saber que: “é um estabelecimento de ensino privado, promovido pela Fundação Belmiro de Azevedo. Sendo a Fundação Belmiro de Azevedo uma instituição sem fins lucrativos”. Por isso são apenas, em creche, 525€ por mês. Para quem recebe 665€, continua a ser uma opção: 140€. É o preço da equidade. Os rankings são apenas mais um indicador para confirmar a famosa teoria do sociólogo francês: A escola reflete, repete e promove as desigualdades sociais. Antes de terminar o parêntesis reto partilho

convosco uma pequena passagem que li algures “Qual é o espanto em constatar sadicamente que os miúdos de casas sem pão ficam em último e os das fábricas de notas em primeiro (...). Escolas que no inverno fechavam às 16h para que os pais das meninas não as vendessem por meia hora aos senhores dos mercedes pretos parados à porta a coberto do escuro”. E será que são estes rankings o reflexo das aprendizagens? Ainda há esta! Fim do parêntesis reto].

Quanto mais próximas as famílias estiverem da educação das crianças, maior será o impacto no seu desenvolvimento e realização educacional. Deveria a participação e o envolvimento das famílias na comunidade educativa ser um indicador relevante no ranking das escolas? Ou é confortável as famílias manterem-se à porta da escola?

As famílias e as escolas são dois intervenientes essenciais para o desenvolvimento saudável e para o sucesso educativo de todas as crianças. Em vários contextos educativos a escola está encarregue da educação formal e curricular enquanto a família é responsável pela educação não formal e extracurricular. Na Voz do Operário existe um amplo consenso que a escola e a família devem partilhar essas tarefas, ao abrigo de um projeto educativo coletivamente elaborado, uma vez que ambos representam lugares fundamentais de socialização e aprendizagem. É por este motivo que, com todas as medidas de higiene, as valências de creche e pré-escolar estão novamente acessíveis a todas as famílias. A escola é (n)vossa. Nós somos o coletivo.

## VOZ



## Morreu José Henrique Gascon

Natural de Arroios, em Lisboa, José Henrique Baptista Gascon nasceu em dezembro de 1957. Foi presidente da Federação das Coletividades do Distrito de Lisboa, dirigente sindical hoteleiro e militante do Partido Comunista Português. Esteve ainda ligado ao Grupo Desportivo do Intendente e foi presidente da Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais. Também exerceu o cargo de conselheiro nacional da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Fez ainda parte da organização da Corrida da Liberdade. Sócio d'A Voz do Operário desde 1996 com o número 3776, foi dirigente da instituição durante quatro mandatos, entre 2004 e 2015. Apesar de cessação de funções na direção d'A Voz assumiu outras responsabilidades no movimento associativo popular e continuou a participar e a estar associado a diversas atividades da instituição, donde se destaca a organização dos Arraiais Populares.

INSTITUCIONAL

**Campeonato europeu de futebol em ecrã gigante**

espaço Sagres no **terraço** d' **A Voz** ESPAÇO AO AR LIVRE

**FAÇA A SUA MARCAÇÃO!**  
eventos@vozoperario.pt  
919 480 311  
(Entrada livre, sujeita à lotação)

entrada ao cimo da Tv. de S. Vicente

**A VOZ DO OPERÁRIO** Rua Voz do Operário, 13 facebook.com/avozdooperario

INSTITUCIONAL

A Voz do Operário & apresentam:

**retiro de Bico de Lisboa**  
ESPAÇO AO AR LIVRE

petiscos sardinhas bifanas jantares de grupo

**FAÇA A SUA MARCAÇÃO!**  
eventos@vozoperario.pt  
912 176 895  
(Entrada livre, sujeita à lotação)

**A VOZ DO OPERÁRIO** Rua Voz do Operário, 13 facebook.com/avozdooperario

## LEGISLAÇÃO LABORAL



Photo by John Salviño on Unsplash

# Esmiuçar conceitos laborais

Por vezes, as leis parecem encerrar um intrincado conjunto de conceitos indecifráveis que deixam os trabalhadores à deriva num mar de incompreensão. Mas, afinal, para que servem as normas que regem o trabalho? O que é a contratação coletiva, o princípio do tratamento mais favorável e a caducidade? Só é pobre quem quer? Um artigo que ajuda a desmontar mitos e a esclarecer alguns conceitos.

**Bruno Amaral de Carvalho**

### Para que serve a LEGISLAÇÃO LABORAL?

A legislação laboral é o conjunto de normas que regulam a relação entre trabalhadores e patrões. Depois do 25 de Abril, os legisladores reconheceram que essa relação é marcada por um desequilíbrio de força, a luta de quem não tem mais nada para vender do que a sua força de trabalho em troca de um salário foi conquistando direitos ao longo da história. Desde a escravatura à atualidade, passaram séculos de uma história de resistência pela consagração de muitos direitos.

Não há muito tempo, em pleno fascismo, os trabalhadores amontoavam-se nas praças, à espera que um capataz os escolhesse para trabalhar no campo. Ele determinava quem trabalhava, por que preço e quantas horas. Hoje, essa realidade acontece com muitos imigrantes,

sobretudo no setor da construção, mas é uma prática proibida pela legislação. Na altura, era absolutamente legal e amparada pelo regime. Apesar de os direitos dos trabalhadores na legislação laboral terem sofrido já muitos recuos, estas normas continuam a ser um muro de contenção contra a exploração desenfreada. Hoje, existe legislação laboral porque há um reconhecimento de que há uma relação desigual e que, por isso, foi preciso criar um ramo do direito, o direito do trabalho, para tratar o que é diferente.

Esse tratamento entre iguais acontece no direito civil onde, por exemplo, quem compra e quem vende um automóvel não parte nessa circunstância particular de uma relação desigual.

### Mas qual é a importância da CONSTITUIÇÃO para os trabalhadores?

Com a revolução de Abril, inaugurou-se uma mudança nesse desequilíbrio entre trabalho e capital, aliada à conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Durante um breve período, sobretudo durante os governos de Vasco Gonçalves, os direitos dos trabalhadores registaram grandes avanços e, apesar da contra-revolução ter derrubado essa linha política, a Constituição ainda hoje reconhece a importância de exercer peso na balança a favor de quem trabalha. Se assim não fosse, os patrões teriam o poder para impor a sua vontade nas relações laborais.

Na primeira parte da Constituição, dedicada aos “direitos e deveres fundamentais”, há um capítulo dedicado aos “direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores”. Nele estão plasmados artigos sobre segurança no emprego, comissões de trabalhadores, liberdade sindical,

direitos das associações sindicais e contratação coletiva e direito à greve e proibição do lock-out. Mas logo a seguir, no capítulo sobre direitos e deveres económicos, dois artigos referem o “direito ao trabalho” e “direitos dos trabalhadores”.

Por exemplo, afirma, entre outras coisas, que “todos têm direito ao trabalho” e que para assegurar esse direito “incumbe ao Estado” promover a “execução de políticas de pleno emprego”. Também consagra a “retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna”. Descanso semanal, férias pagas, assistência material em caso de desemprego, acidente de trabalho ou doença profissional, proteção das mulheres durante a gravidez são também vários dos direitos referidos.

## O que é isso da CONTRATAÇÃO COLETIVA?

A Constituição e a legislação laboral referem que compete às associações sindicais exercer o direito de contratação coletiva, mas o que significa isso? Para os patrões seria manifestamente mais vantajoso negociar cada contrato com cada trabalhador, de forma individual. A força dos trabalhadores unidos e organizados em sindicatos dá-lhes um poder negocial muito superior, o que lhes permite garantir melhores condições contratuais.

Ou seja, a contratação coletiva é o processo através do qual os patrões e os representantes dos trabalhadores negociam condições específicas de trabalho, a aplicar à empresa ou ao setor. Havendo acordo, são celebradas convenções coletivas de

trabalho, sendo que há três tipos: contrato coletivo celebrado entre uma associação sindical e uma associação patronal; acordo coletivo, estabelecido entre uma associação sindical e uma vários patrões para diferentes empresas; acordo de empresa, entre uma associação sindical e um patrão, para uma empresa ou estabelecimento.

A contratação coletiva pode assim fixar salários, consagrar direitos em condições francamente favoráveis aos trabalhadores, muito acima do que está previsto no código do trabalho. É assim em matérias como pagamento de trabalho suplementar e noturno, pausas, descanso suplementar, subsídios de turno, majoração de dias de férias, feriados e dias de descanso, entre outros.

## Mas se há estas leis, por que é que parece que as coisas estão a piorar?

Em 2003, com o governo de Durão Barroso (PSD), a legislação laboral sofreu várias alterações desfavoráveis aos trabalhadores. Isso resultou na admissão da caducidade das convenções coletivas, bem como a eliminação do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador. Houve uma queda significativa do número de contratos acordados e, sobretudo, uma brutal diminuição do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva, agravando a sua desproteção.

Se em 2003, antes da alteração ao Código do Trabalho, a renovação da contratação coletiva abrangia 1 milhão e 500 mil trabalhadores, em 2013 o número de trabalhadores abrangidos pela renovação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho era de apenas 241 mil. Reduziram ainda, de forma significativa os prazos da caducidade e sobrevivência dos contratos coletivos de trabalho, com vista a acelerar o seu fim e, por consequência, os direitos neles consagrados, para assim baixar salários e agravar a exploração.

## E qual é a abrangência das CONVENÇÕES COLETIVAS?

Pode ser extensível a todos os trabalhadores do mesmo setor. Por exemplo, se houver um acordo, depois de uma negociação, entre uma associação nacional de lojistas

e os sindicatos que abrangem os trabalhadores desse setor, pode ficar estabelecido que a convenção abrange todos os que trabalhem em lojas em todo o território.

## O que é o princípio do tratamento mais favorável?

A legislação laboral previa a impossibilidade de haver contratos de trabalho com condições piores do que as estabelecidas pelo Código do Trabalho e que, em qualquer caso (disputas legais, en-

tre outros), seriam sempre aplicadas as normas mais favoráveis ao trabalhador. Contudo, as alterações introduzidas em 2003 puseram em causa estes direitos.

## E a CADUCIDADE?

Os contratos coletivos são, no fundo, direitos (quase leis) que, quando negociados, têm um prazo de validade. Até 2003, as convenções coletivas mantinham-se em vigor até serem substituídas por outras. Os governos de Durão Barroso e José Sócrates (PS) promoveram mudanças na lei e atualmente os contratos coletivos podem caducar terminado o prazo, mesmo na ausência de novo acordo, o que representa, na maioria dos casos a perda dos direitos negociados. Têm-se verificado vários casos de protela-

ção e absentismo negocial, por parte do patronato, reforçando, em grande medida sua vantagem negocial face aos trabalhadores.

Não deixa de ser curioso que, atualmente, seja o patronato a pedir a caducidade dos contratos coletivos quando, logo após a revolução de Abril, evitavam o fim desses acordos, receando ter de ceder mais direitos aos trabalhadores, em caso de nova negociação. Esta situação expressa bem o desequilíbrio de forças, das últimas décadas, na relação entre trabalhadores e patrões.



## A LEGISLAÇÃO LABORAL não é demasiado RÍGIDA?

Esta tem sido uma das narrativas criadas pelos grandes grupos económicos e financeiros para justificar a perda de direitos dos trabalhadores e o aumento dos lucros das empresas. Segundo esta lógica, o país melhoraria a sua economia se pudessem obrigar quem trabalha a fazê-lo durante mais horas, por piores salários e sem contratos, numa situação de absoluta precariedade laboral. Nos últimos anos, as baterias têm estado apontadas contra a proibição do despedimento sem justa causa, um obstáculo

para as associações patronais.

A narrativa da excessiva rigidez das leis laborais tem servido para que sucessivos governos fragilizem as relações laborais e retirem direitos aos trabalhadores. O facto é que a flexibilização das leis laborais não significou mais desenvolvimento para o país. Portugal continua a distanciar-se da média europeia e há vários países com níveis superiores de desenvolvimento em que os trabalhadores têm melhores condições de vida.

## Qual é a importância dos SINDICATOS?

Sindicatos são trabalhadores organizados, que coletivamente ganham uma força que não teriam individualmente. A sindicalização e a participação nas estruturas sindicais é um elemento central na luta por melhores condições de

trabalho. Foi através dos sindicatos que muitos direitos que hoje parecem inquestionáveis foram conquistados. Mas as relações entre trabalhadores e patrões não são estáticas, e são influenciadas pelo contexto político e económico.

## Só é POBRE quem quer?

Em Portugal, trabalhar não é sinónimo de sair da pobreza. De acordo com as conclusões do estudo "A Pobreza em Portugal - Trajetos e Quotidianos" da Fundação Francisco Manuel dos Santos, coordenado pelo sociólogo Fernando Diogo, da Universidade dos Açores e investigador no CICS.NOVA, são quase 60% os adultos pobres em Portugal que trabalham. Já em situação de vínculo laboral precário estão 26,6% e os trabalhadores com contrato. Chegam a ser quase um terço das pessoas em situação de pobreza. Ao Jornal de Notícias, o especialista em temáticas da pobreza revelava que,

para si, o mais surpreendente era o facto de "a maior parte ter contrato efetivo há muitos anos: 10, 20 ou mais".

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística analisados pelo estudo, um quinto da população portuguesa vivia em situação de pobreza entre 2003 e 2018. Nesse ano, a taxa de pobreza era de 17,2% (1,7 milhões de pessoas), já após apoios sociais (exceto pensões). Em Portugal, um em cada quatro desempregados são pobres.

Esta realidade reflete-se também na vida das crianças portuguesas. Uma em cada cinco está mergulhada na pobreza.

CONCEIÇÃO MATOS

# “Faria tudo outra vez”

Cresceu numa família operária e cedo aderiu à luta contra o regime fascista. Na clandestinidade, foi uma das muitas que desafiaram a repressão nos subterrâneos da liberdade. Foi Marília, Maria Helena e Benvinda. Passou pela prisão duas vezes, foi interrogada pela PIDE e torturada. É por esta trajetória de vida que A Voz do Operário decidiu homenagear Conceição Matos.



“Estas novas gerações precisam mesmo de saber para poderem lutar e para poderem defender a liberdade.”

**Bruno Amaral de Carvalho**

**Cresceu no Barreiro e começou a trabalhar imediatamente depois da quarta classe. O que fazia?**

Eu morava no bairro operário das Palmeiras. Comecei na costura. Sobretudo, as coisas mais simples e que davam às aprendizes. Depois da quarta classe andei a ajudar pessoas que vendiam peixe a tomar nota das vendas. Mais tarde, trabalhei a espaldar cortiça, que é um trabalho muito difícil. Hoje deve ser feito com máquinas mas naquela altura não. Também trabalhei seis meses na fábrica da CUF. A minha família toda trabalhou ali.

**E como é que era trabalhar tão cedo? As crianças tinham noção de que não deviam estar a trabalhar, que deviam antes estar a aprender, a brincar, a ser crianças?**

Eu tive muita pena de não poder estudar, mas era impossível e, portanto, tentava ajudar os meus pais. Claro, nós brincávamos, a primeira boneca que tive fui eu que a fiz com trapos. Brincava com os outros miúdos, mas é verdade que havia algumas vizinhas que não trabalhavam porque os pais não passavam tantas dificuldades. A mim calhou-me assim.

Lembro-me, por exemplo, de ser miúda e vivermos no centro do Barreiro. Havia um vizinho ao lado que era sapateiro, que nos dava restos de pão, sobrava-lhe pão que não comia e dava-nos. Quando fomos para as Palmeiras, eu atravessava o bairro todo, a ponte, para ir à vila buscar os restos do pão para a minha mãe depois fazer açorda ou qualquer coisa porque tínhamos realmente muitas dificuldades.

**O seu irmão foi preso quando tinha 18 anos. Porquê?**

Foi preso porque era do MUD Juvenil [Movimento de Unidade Democrática]. Foi preso muito novo, mas antes de ser preso eu comecei a querer participar e foi ele que acabou por me levar. Fui atrás dele, foi a minha influência. Íamos fazer pichagens nas paredes e distribuir propaganda. Há uma história engraçada. O meu irmão é mais velho do que eu dois anos. Então o que é que nós fazíamos? Juntávamos papéis muito pequenos e muito finos nos bolsos e tínhamos de ver onde parava a GNR porque andavam sempre a bater o Barreiro de dois em dois. Então, subíamos de noite a uma ponte no Bairro das Palmeiras e víamos a GNR ao longe mas não nos conseguiam apanhar. Atirávamos os papéis mas eram tantos que era impossível apanharem todos. De manhã os trabalhadores iam para a fábrica da CUF e a grande maioria passava por ali.

Depois da prisão do meu irmão, a GNR assaltou a casa

da minha mãe e encontraram uma carta no quarto da minha irmã. Levaram-na para o posto da GNR. Havia um posto dentro da CUF onde a PIDE fazia os interrogatórios.

O meu irmão foi preso duas vezes e esteve nessa condição cerca de cinco anos. Preso duas vezes, como eu, e casou-se na prisão do Aljube. Eu casei-me na prisão de Peniche.

**E como é que entra para o PCP?**

O meu irmão entrou para o partido na prisão, através do Aboim Inglez [destacado dirigente do PCP]. Eles estavam juntos. O meu irmão apanhou 18 meses de prisão mas aplicaram-lhe as medidas de segurança e, portanto, esteve quatro anos e meio preso, dessa vez. Quando passou ao regime normal, estava com o Chico Miguel, o José Magro, etc.

Quando ele sai, passei a ter uma atividade maior no partido mas, mesmo antes, já distribuía o Avante!. Depois, para além do Avante!, tinha encontros no cemitério, imensas tarefas, e como foi na altura da guerra colonial começámos a fazer pichagens nos muros, por exemplo, contra a reabertura do Tarrafal.

**Depois entra na clandestinidade.**

Sim, em 1963, já com o Domingos Abrantes. Fomos montar uma casa juntos.

### E já o conhecia?

Quando ia ver o meu irmão, vi o Domingos algumas vezes. Estiveram presos juntos. Muitas vezes eu estava com a família dele cá fora, mas não nos conhecíamos. Lembro-me que antes disso também o tinha visto porque o Domingos tinha sido controlador no MUD Juvenil e veio assistir a um jogo de futebol no Barreiro.

### E quais foram as suas primeiras tarefas no partido?

Eu ainda estive um ano sem estar na clandestinidade. Tinha encontros e tínhamos sinais. Por exemplo, às vezes eu tinha um pedaço de jornal e a outra pessoa tinha outro pedaço e juntavam-se as duas peças. Mas primeiro tinha de fazer uma pergunta disparatada como “onde é que fica a rua não sei quantos?” e eu tinha de dar uma resposta combinada. Depois, na clandestinidade fazia muitas coisas.

### Era preciso ter técnica, porque no fundo é a arte do disfarce, estar preparado ante o imprevisto?

Sim, tinha de usar um nome falso. Fui Marília, Maria Helena, Benvinda. Fiz contratos de gás e luz com um nome falso. E depois, fazia muitas coisas. Batia textos à máquina e vigiava, o que era fundamental. E até há uma história da vizinha do lado nos convidar para o casamento de um filho. Por acaso, fui eu que respondi e respondi logo “olhe, não podemos porque nesse dia precisamente faz anos o irmão do meu marido e estamos comprometidos, temos mesmo que ir”. Passado uns dias, pede-nos a mesa emprestada e as cadeiras e nós ficámos aflitos, porque eles não conheciam a casa, conheciam só a entrada que estava sempre arranjada. O resto da casa eram só coisas do ferro velho.

### Foi presa numa casa no Montijo.

Sim, fui presa quando estava sozinha. O Domingos foi preso depois mas eu não sabia. Só soube que tinha sido preso passado quase dois meses. Eu estava em casa e eram quatro e trinta da madrugada. Bateram à porta e eu não abri. O Domingos chegava nessa noite. Estava há uma semana fora de casa já, e eu tinha os papéis comigo no quarto para queimar, para o caso de alguma eventualidade, juntamente com uma caixa de fósforos e um frasco de álcool. Não abri a porta, despejei o álcool sobre os papéis e queimei-os.

Eles arrombaram a porta com um pé de cabra e entraram aos gritos: “mãos ao ar, mãos ao ar”. Encostaram-me pistolas no peito e ameaçaram-me de morte. Eram uns quantos GNR e uma brigada de pides. Começaram a perguntar “onde é que está o gajo? quem é que fez isto?”.

### Foi interrogada e torturada. Como é que olha, hoje, para as forças da extrema direita que tentam reabilitar o regime fascista?

Com muita apreensão porque se me perguntar se valeu a pena lutar, se valeram os sacrifícios, sem dúvida. Como é que é possível esta gente poder fazer isto? Acho que é uma afronta muito grande contra toda esta gente que lutou. Por isso é que eu acho que é muito importante ir às escolas. Estas novas gerações precisam mesmo de saber para poderem lutar e para poderem defender essa liberdade que foi conquistada com tanto sacrifício, tantos mortos.

### A Conceição e o Domingos casaram-se na prisão.

Sim, em Peniche. Eles sabiam que nós vivíamos juntos mas nunca pudemos trocar correspondência. O Domingos estava no mesmo processo que eu e fui a julgamento e não o trouxeram. Não o podia ver.

### Considera que, no fundo, o vosso amor é à prova de prisões, à prova de grades?

Exatamente, eu acho que isso ajudou a cimentar a nossa relação, essa experiência dura que vivemos, a confiança que ele tinha em mim e a confiança que eu tinha nele. Passámos por coisas muito complicadas e conseguimos, com a luta, superar montes delas.

### Do outro lado de fora da prisão, também fez parte da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

Sim, denunciávamos a situação que viviam os presos e ajudávamos as famílias dos presos. Do lado de fora, também estive na primeira reunião do Movimento Democrático de Mulheres, pouco antes de ser presa pela segunda vez. Quando saí, dois meses depois, soube pelo taxista que era Marcelo e não Salazar que estava à frente do regime. A queda da cadeira tinha sido durante a minha prisão.

### Houve alguma coisa que a tenha surpreendido, algum gesto de solidariedade em tempos de chumbo?

Quando foi o julgamento da casa do Montijo, a minha mãe contou-me que o senhorio nos foi defender. A PIDE pô-lo como testemunha de acusação e ele afirmou que tínhamos sido os melhores inquilinos que tinha tido.

### Depois da segunda prisão, foi com o Domingos para Paris.

Nós não sabíamos que íamos para Paris, só soubemos na altura, em 1973. O Partido decidiu que dessa vez não ficávamos cá e fomos para Paris, mas na clandestinidade à mesma.

### E como soube do 25 de Abril?

Tinha um encontro com um camarada que começou a gritar “Maria, Maria, caiu o Marcelo!” E eu fiquei, “mas então o outro caiu, agora cai este?” Ele respondeu-me que havia uma grande confusão. Já não tratámos do que tínhamos a tratar e fui comprar um gravador para registar tudo o que estava a dar para o Domingos estar a par de tudo aquilo quando chegasse. Depois começo a ouvir o Zeca Afonso...

### Que lhe tinha dedicado uma canção...

Sim, foi durante a minha segunda prisão. Eu conhecia muito bem o Zeca, éramos amigos. Ele ia a casa de pessoas lá do Barreiro, por exemplo, do Daniel Cabrita, do meu irmão, e, portanto, tornámo-nos muito amigos. Quando saí da prisão, ofereceu-me a letra e foi aí que soube que tinha feito a canção [Na Rua António Maria]. Depois dedicou uma canção ao meu irmão [Por trás daquela janela], também na segunda prisão.

### Dias depois do 25 de Abril, vocês regressam a Lisboa com Álvaro Cunhal.

Nós estávamos num ponto de apoio nos arredores de Paris e veio um camarada dizer-nos que íamos acompanhar o Álvaro e assistir ao 1.º de Maio. O Álvaro vinha no meio dos dois e no avião ia o José Mário Branco, o Luís Cília. Foi uma grande festa. Muita alegria e muitas canções durante a viagem.

Tinha sido anunciado que o Álvaro ia chegar e quando chegámos havia uma multidão à nossa espera. Ainda hoje não esqueço, falamos tantas vezes nisso, aquela alegria, aquele povo. Foi um dos dias mais felizes da minha vida.

### Sentiu, naquele dia, que tinham valido todos os sacrifícios?

Todos. Uma coisa fantástica ver aquele povo. Veio o Jaime Neves receber o Álvaro Cunhal e levaram-no para uma sala onde estava o Mário Soares. Nessa altura, eu estava num carro com camaradas e vejo passar a minha cunhada, a mulher do meu irmão. Estavam ali todos. Quando ela me vê, desata a correr e até fiquei com medo que lhe fosse dar alguma coisa. Foi uma grande surpresa. Nós estávamos na clandestinidade, não sabiam onde andávamos.

### E como foi viver o processo revolucionário?

Depois, fomos para a António Serpa, que foi a primeira sede do partido depois do 25 de Abril, e tínhamos muito trabalho. Chegámos a comprar uma cama daquelas que se fecham porque havia dias em que não conseguíamos ir a casa. Foi um período de muito trabalho. As inscrições no partido eram muitas.

### O PCP faz cem anos e a Conceição viveu uma boa parte dessa história. Como é que olha para o presente?

O Partido tem futuro, não há dúvida. Eu costumo dizer que sou do Partido há muitos anos e hei de continuar até morrer, porque o Partido continua partido de luta, um partido que está à altura de defender o projeto que tem, a luta pelos direitos dos trabalhadores, o direito das mulheres, o direito ao trabalho.

### E o que significa esta homenagem d'A Voz do Operário?

Ao princípio, custou-me a aceitar porque acho que há tanta gente para além de mim. Mas a verdade é que também era indelicado da minha parte dizer que não, significa muito, tenho orgulho em ter sido resistente. Agradeço muito à Voz do Operário por se ter lembrado de mim por ser resistente, porque há muita gente que podia estar no meu lugar, que podia ser condecorada. Houve homens e mulheres que lutaram a vida inteira, muitos nem viram o que nós vimos, o 25 de Abril. A Voz faz um excelente trabalho com as escolas. No fundo, luta contra o fascismo.

### Hoje, quando olha para trás, para a sua vida, acha que valeu a pena todo o esforço e todos os sacrifícios?

Sim, e digo-lhe mais. Pensando na vida que tivemos, qualquer um de nós, se tivesse de voltar atrás, percorreríamos o mesmo caminho, sem qualquer dúvida.

## ALMADA

# Mandato rico em polémicas em Almada

Nas últimas eleições autárquicas, a CDU perdeu a Câmara Municipal de Almada por pouco mais de 300 votos. Pela primeira vez desde as primeiras eleições autárquicas em democracia, o concelho experimentou uma gestão diferente e envolta em polémicas constantes. O PS apresentou, então, a ex-atriz e deputada Inês de Medeiros à presidência da autarquia sem esperar, contudo, roubar Almada aos comunistas e verdes. Foi o BE que lançou o desafio. “Tirar a maioria absoluta à CDU para que o executivo de Almada se abra a uma participação plural da esquerda”, anunciava Joana Mortágua, que agora se volta a recandidatar.

Com Inês de Medeiros à frente da câmara não houve qualquer acordo ou abertura à esquerda, bem pelo contrário. O PSD alcançou 14% dos votos e a eleição de dois vereadores que formaram uma coligação com o PS para os seguintes quatro anos. Para além da atual presidente da autarquia, que se volta a candidatar pelo PS, também Nuno Matias repete pelo PSD.

É a CDU que traz um novo rosto para a contenda eleitoral com o objetivo de recuperar Almada. Maria das Dores Meira, que apresenta no currículo a presidência da Câmara Municipal de Setúbal durante vários mandatos, encabeça este projeto.

## Quatro anos de polémicas

Logo que soube da surpreendente vitória, Inês de Medeiros anunciou que passaria a ir trabalhar para Almada de cacilheiro. Passada a febre da vitória, a autarca do PS nunca pôs esse plano em prática. Mas pôs outros.

Em 2019, deu polémica o acordo assinado com o coreógrafo Paulo Ribeiro para a criação da Casa da Dança de Almada por estar prevista a instalação da nova estrutura na Casa da Juventude ‘Ponto de Encontro’, em

Cacilhas, usada por uma dezena de grupos locais e berço da produção artística almadense há 30 anos.

Sem nunca esconder que o plano para Almada passaria por replicar o que chamou de “sucesso de Lisboa”, a turistificação do concelho passou a ser uma prioridade. Foi nessa estratégia que se inseriu a decisão, em 2020, de pavimentar uma estrada em cima de uma zona dunar na Fonte da Telha. É um dos paraísos naturais que se encontra em área de paisagem protegida e donde se pode observar a imponente arriba fóssil. O anterior pavimento era empedrado com o objetivo de permeabilizar o solo e proteger as dunas, mas a polémica estalou com a decisão da autarquia asfaltar com alcatrão o acesso à praia.

Os partidos à esquerda do PS denunciaram o que disseram ser um atentado ambiental e a associação ambiental Zero contestou fortemente a obra. A autarquia respondeu dizendo que tinha luz verde da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) mas esta organização veio esclarecer que “não foi emitido qualquer parecer” e mais tarde chumbou mesmo a pavimentação do caminho.

No mesmo ano, a presidente da autarquia protagonizou outra polémica ao afirmar que os bairros sociais de Almada têm o privilégio de ter uma “vista maravilhosa” e que ela própria se mudaria “amanhã” para um deles. Partidos de esquerda e associações de moradores criticaram as declarações da presidente e afirmaram que esta estava a tentar desvalorizar as graves condições em que vivem milhares de pessoas.

Mas também se agravou a relação entre a autarquia e os seus trabalhadores. Exemplo disso foi, em outubro de 2020, quando a autarca do PS se recusou a receber os representantes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL). A câmara pretendia iniciar um processo de desmantelamento do serviço de saúde ocupacional, retirando as especialidades con-

quistadas pelos trabalhadores remetendo-os exclusivamente para a medicina do trabalho. Para além disso, o executivo camarário quer reduzir o pagamento aos fornecedores dos refeitórios, transferindo os custos para os trabalhadores, e acabando com a sopa gratuita, que em alguns casos significará menos uma refeição por dia. Entre as reivindicações, os trabalhadores contestam a proposta da autarquia de retirar aos seus filhos a creche e jardim de infância por eles construída, passando a incluir este equipamento na rede nacional das IPSS.

Sem espaço para uma reunião de 1700 funcionários, a autarquia propôs uma instalação que dava apenas para 200, mas não era suficiente e o STAL sugeriu que o plenário se realizasse na rua como já tinha sido autorizado pela Câmara Municipal noutras ocasiões, explicou, então, à Voz do Operário Pedro Rebelo, dirigente sindical.

Mas desta vez, a reunião não foi autorizada e os trabalhadores decidiram avançar na mesma para o plenário com desfile rumo à Câmara Municipal. Quando os manifestantes se encontravam junto à Câmara Municipal, Inês de Medeiros tentou interromper o plenário contestando os argumentos dos trabalhadores e tentando oferecer uma reunião cujo pedido se havia negado a responder.

No plano financeiro, a autarquia também não esteve isenta de polémicas. Em abril deste ano, Inês de Medeiros alegou que pediu um empréstimo para fazer face a um conjunto de obras já programadas, conciliando com o “esforço que o município tem de fazer para poder concorrer ao Plano de Recuperação e Resiliência”, noticiou o AbrilAbril. Contudo, no mês anterior, a autarquia tinha entregue à banca 20 milhões de euros com uma taxa de juro de 0%, o que não acontece com o empréstimo que pode custar aos munícipes 200 mil euros, devido à taxa de 0,5%.

## A VOZ do corvo



## As voltas que um terreno dá...

Um grande devedor de um banco português, mergulhado em grave crise financeira (o banco, não o devedor) fazia dessa situação uma descarada narrativa, que aqui se tenta reproduzir, desde já ressalvando que, por ser sinuosa, é difícil de relatar.

Foi assim:

Uma sociedade imobiliária compra um terreno com uma ocupação edificada determinada por instrumen-

to de planeamento aprovado. Entende o presidente da dita sociedade imobiliária (que também é banqueiro) que o terreno está “mal aproveitado” (em relação aos níveis em que colocou as suas perspetivas de lucro) e pede “ao grande devedor”:

- Veja lá o que pode fazer daquilo...

O “grande devedor” tentará aumentar os índices de construção que incidiam sobre o terreno ou nem isso precisará de fazer pois pode limitar-se a esperar (especular, ficar à espreita), embalado pela certeza de que a espiral de crescimento dos valores imobiliários gira sempre a favor dos terratenentes.

Contudo, resolve “vender” o terreno a um “Fundo” de que um seu amigo e sócio é principal acionista que, por sua vez, tenta aumentar os índices de ocupação do terreno ou simplesmente fica à espera.

Depois o amigo e sócio do grande devedor cede a este a sua posição no “Fundo” e o grande devedor, face ao valor de mercado que então o terreno já atingira, contrai um empréstimo junto do banco cujo responsável lhe terá dito há tempos:

- Veja lá o que pode fazer daquilo...

O grande devedor ainda não pagou e talvez nem

tem intenções de o fazer e no terreno as palhas que se mexeram foi o vento que as empurrou...

Aqui se apresentam estas jigajogas expurgadas da venalidade, da corrupção, do compadrio ou dos favores que são alimento e adubo de tudo isto.

E é por estas e por muitas outras razões que um terço da renda ou do empréstimo que todos os meses uma família paga é para pagar a alguns o terreno sobre o qual a sua casa assenta.

Ciclo infernal que só se quebrará quando, à margem das leis do mercado, o Estado assumir o seu papel de regulador e, através de ações de planeamento, cada hectare do terreno seja gerido segundo as suas potencialidades de uso.

Aqui as responsabilidades repartem-se entre o Poder Central e o Poder Local e se é verdade que o “pensar global” pertence ao primeiro, muito têm a fazer neste aspeto os autarcas que em breve vierem a ser eleitos, porque a eles pertence definir as escalas de planeamento mais próximas da população (“pensar global, agir local”).

Francisco da Silva Dias

Transportes  
públicosQuem o diz  
é a AMT

No número de janeiro sob o título de “o dito e o feito”, assinalai diferenças entre os anúncios de investimentos na ferrovia nacional e a concretização do planeado.

Através de um artigo de Carlos Cipriano que refere um relatório da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) tomei conhecimento de várias discrepâncias entre o planeado e o executado.

Procurei o relatório na base de dados da AMT, mas ainda não se encontra publicado, pelo que usarei apenas informação divulgada no referido artigo, relativamente ao qual não coloco dúvidas quanto ao rigor.

Ficamos a saber que o dito plano Ferrovia 2020 tinha visto a sua meta deslizar para 2023.

Ficamos também a saber que a taxa de execução financeira era de 16%.

Ficamos ainda a saber que o atraso médio estava em dois anos e três meses.

Tudo coerente com o que relatamos no início do ano.

Refere ainda o dito relatório que “a IP identificou um conjunto alargado de riscos para a totalidade dos corredores, que podem comprometer as novas datas finais estimadas”, ou seja, já começam a prever novos atrasos.

Mas que riscos são esses?

A falta de projetistas e empreiteiros.

Há falta de projetistas porque na última década do século passado e na primeira deste, se esvaziou a REFER de técnicos, com o esquema das reformas antecipadas, sem a passagem do conhecimento necessário para as novas gerações. O essencial das especialidades ferroviárias não se aprende nas universidades.

Há falta de empreiteiros significa que, sendo praticamente os mesmos, despediram muitos trabalhadores porque com a chamada troica não houve investimento. Hoje não conseguem recrutar, em quantidade, quem tenha conhecimento para dar resposta ao volume de obra pretendido.

Tudo tem causas e responsáveis, que são sempre os mesmos.

A estes “riscos”, segundo é afirmado, junta-se um outro: “a publicação oportuna das autorizações da despesa”. O todo-poderoso Ministério das Finanças, vigilante do défice. Podem planear o que quiserem que o “controlo da despesa pública” se encarrega de dilatar os prazos no tempo.

Concluindo, o tal relatório não diz nada que não se saiba, apenas é importante que confirme o que o nosso jornal publica.

Rego Mendes

## LISBOA

Abril em maio  
na Paiva Couceiro

Centenas de pessoas passaram pela Praça Paiva Couceiro para celebrar a revolução de Abril na habitual iniciativa que se realiza a 24 de abril, mas que devido às péssimas condições climáticas teve de ser adiada para 15 de maio. Foram vários os espetáculos organizados pela Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa.

A organização composta por várias associações e coletividades divulgou um manifesto em que afirma que “comemorar Abril hoje, 47 anos após aquela madrugada libertadora em que os militares do MFA, com a adesão do povo, iniciaram a revolução, libertando-nos do fascismo e devolvendo as liberdades, tem grande importância, para reafirmarmos o imenso valor democrático das suas conquistas e projetar o espírito e os valores de Abril para as gerações futuras. Para que não se apague da memória que o fascismo existiu, que nos oprimiu, torturou, assassinou e manteve a miséria no nosso povo, principalmente quando hoje alguns, que se mostram com novas roupagens, tentam branquear a sua existência.”



## CAMARATE

## Protesto em escola de Camarate

A Escola Básica de Camarate - Mário Sá Carneiro foi encerrada a cadeado, segundo o *AbrilAbril*, numa ação de luta contra a falta de condições do estabelecimento.

O protesto juntou encarregados de educação, estudantes, pessoal docente e não docente, e contou com a presença solidária do presidente da Câmara Municipal de Loures, Bernardino Soares, assim como do vereador com o pelouro da educação, Gonçalo Caroço.

Recorde-se que o edifício deste estabelecimento de ensino foi construído há mais de 40 anos e encontra-

-se, neste momento, em avançado estado geral de degradação. A comunidade escolar critica que não haja qualquer resposta ou intervenção por parte do Ministério da Educação.

Para mais, o governo nunca concretizou a intenção anunciada em 2010, de construir um pavilhão definitivo em substituição dos dois pavilhões pré-fabricados em madeira (instalações provisórias há quase 40 anos) que não reúnem condições de segurança, constituindo um perigo eminente.

INSTITUCIONAL



## TRABALHO

# Multidão no Porto contra Cimeira Social



O aumento geral dos salários foi reivindicado como a resposta social determinante.

Milhares de pessoas protestaram nas ruas do Porto contra a Cimeira Social, no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da UE, que juntou chefes de Estado e de governo da União Europeia sob o lema “Por uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos”. Trabalhadores vindos de todo o país exigiram melhores condições de vida e de trabalho, denunciando aquilo que dizem ser as “promessas” de Bruxelas.

Esta ação, começou na Praça do Marquês, cumprindo as regras sanitárias, e a secretária-geral da CGTP-IN, explicou que a realização desta manifestação resultou da necessidade de “continuar e intensificar a luta por trabalho digno e melhores condições de vida”.

“Não digo que foi uma desilusão porque nunca estivemos iludidos, já que conhecíamos os documentos e os constrangimentos a discutir na cimeira”, afirmou Isabel Camarinha já no final da manifestação. De acordo com a líder sindical, “quando se discute o pilar europeu dos direitos sociais mas o trabalho continua a não ser valorizado, temos de lutar para inverter o rumo do país e reafirmar as nossas reivindicações”. E não deixou de recordar que Portugal é um país em que 30% dos trabalhadores são pobres e 25% vive com o salário mínimo.

Uma das ideias em cima da mesa da cimeira era precisamente a possibilidade de fixar critérios sobre os salários mínimos nos países membros. Contudo, a CGTP-IN contesta a proposta de esse aumento ser feito através de critérios com percentagem em relação aos salários médios, o que poderia, no limite, deixar o salário mínimo abaixo daquilo que é praticado em Portugal.

O aumento geral dos salários, a fixação do salário mínimo nos 850 euros a curto prazo, a redução do horário de trabalho e a criação de emprego com direitos são as reivindicações consideradas prioritárias para a CGTP-IN.

Este encontro realizou-se também num momento em que a proteção do ambiente tem estado no centro do debate e em que a central sindical contesta que se

invoque a proteção do ambiente para destruir postos de trabalho e substituir a produção nacional por mais importações como os casos da central termoelectrica de Sines e da refinaria da GALP, em Matosinhos.

Aos jornalistas, o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, afirmou que o atual governo enfrenta o problema do “enorme seguidismo em relação às decisões e imposições sem qualquer questionamento”. Para os comunistas, esta cimeira tenta “tentar vender gato por lebre” e que dali não ia sair qualquer determinação no sentido de tornar a média dos países da UE como referência para o salário mínimo nacional.

## A ilusão da cimeira social

O governo português anunciou este encontro europeu como sendo o ponto alto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, com o qual afirmou pretender marcar a agenda europeia para a próxima década, “sem deixar ninguém para trás”. De acordo com a página da Presidência Portuguesa da UE, a cimeira tinha como objetivo “reforçar o compromisso dos Estados-membros, das instituições europeias, dos parceiros sociais e da sociedade civil com a implementação do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”. Se Isabel Camarinha afirmou nunca se ter sentido iludida com esta propostas, Catarina Martins, líder do BE, em tom contrário afirmou que a Cimeira Social do Porto foi “uma profunda desilusão” devido à ausência de medidas concretas.

O Plano de Ação, apresentado pela Comissão Europeia em março, propunha um conjunto de iniciativas e estabelecia três metas a atingir até 2030: “taxa de emprego de pelo menos 78% na União Europeia, pelo menos 60% dos adultos devem participar anualmente em formação e redução do número de pessoas em risco de exclusão social ou de pobreza em pelo menos 15 milhões de pessoas, entre as quais 5 milhões de crianças”.

## A VOZ dos livros



### Zalature

de Nuno Gomes Garcia

O anterior livro de Nuno Gomes Garcia, *O Homem Domesticado*, já continha, na desassomburada inquirição das suas coordenadas efabulatórias, as derivas opressoras de uma hipotética, mas possível, organização político/social futura, no caso, uma sociedade matriarcal, em que as mulheres submetiam os homens, a minoria, a um papel de meros serventúrios, como durante séculos elas o tinham sido, expurgando os machos de toda a virilidade – ou seja, da base do seu mitológico poder.

Em *Zalature*, o mais recente romance do autor de *O Dia em Que o Sol Se Apagou*, essa especulação sobre o futuro de uma humanidade submetida a regras comportamentais rígidas, sujeita a vigilância permanente e obsessiva (os meios tecnológicos do nosso tempo já anunciam esse trágico futuro), ao poder despótico, à usura desmedida, à ausência de valores, de afectos, de utopias, de respeito pelo meio ambiente, pelo espaço comum que os humanos coabitam: só o dinheiro conta, só ele rege e determina esse tempo que virá.

Nuno Garcia, dá-nos sem contemplanções, a visão agreste de uma sociedade distópica, em que o poder está directamente ligado à posse dos meios de produção, numa profunda, radical regressão civilizacional, mesmo tendo em conta o actual estágio de desenvolvimento do capitalismo (o autor é exímio na construção ficcional dessa perturbante visão futura), levando essa especulação, sobre um *provável futuro*, a consequências extremas e sem remissão.

Um tempo em que *os outros*, os que vêm de fora dessa *nave de loucos* que é aquela ilha, aparentemente feliz e protegida (e há aqui uma clara alusão à “Europa fortaleza”), servem apenas os desígnios desse despótico poder, estão ali para servir, para construir um muro que sustenha a derrocada iminente. O que conta é a obra, não os homens que a estão a erguer. «Quem construiu Tebas, a das sete portas?», interrogava-nos Brecht num poema famoso. Neste *Zalature*, não há tempo para inquirições subjectivas: «Enviaram alguém lá abaixo para resgatar os dois trabalhadores-convidados?», pergunta alguém. A resposta é pragmática e crua: «Nem vale a pena. Eles estão mortos e o primeiro-ministro está sempre a falar na urgência da obra e que tudo deve ser feito no sentido de não desperdiçarmos tempo e esforços».

Eis, neste breve diálogo, algumas das traves mestras de um romance inquietante, culto e escrito num português soberbo e raro.

Jorge Luís Borges, escreveu que «a metafísica é um ramo da literatura fantástica». Nesta ficção futurista, Nuno Gomes Garcia dá-nos, sem metafísica, o retrato cruel de uma distopia que reflecte muito do nosso tempo. *Zalature*, de Nuno Gomes Garcia – Edição Manuscrito/Editorial Presença/2021.

Domingos Lobo

## VACINAÇÃO

# Suspensão das patentes, uma arma para tornar a pandemia menos desigual



Photo by Emin Baycan on Unsplash

Este mecanismo visa suspender as concessões que dão a farmacêuticas o direito ao monopólio da produção.

O apoio dos Estados Unidos ao levantamento das patentes foi aplaudido por países como a Índia e a África do Sul que encabeçam a luta por dotar os países mais pobres de vacinas para combater a expansão da covid-19. Foi preciso que Washington desse luz verde à proposta para que outros países aceitassem, finalmente, uma reivindicação de apenas alguns países como a Índia e a África do Sul. Também a Rússia já deu aval à proposta.

Em Portugal, partidos como o BE, o PCP e os Verdes já defendiam esta opção e, em abril, cerca de 170 ex-líderes mundiais e prêmios Nobel tinham dado a conhecer uma carta pública a exigir a libertação das patentes das vacinas com o objetivo de acelerar o fim da pandemia. A suspensão da propriedade intelectual das vacinas era, para os signatários, “uma etapa vital e necessária para acabar com a pandemia” porque “se o vírus for deixado a deambular pelo mundo até os vacinados vão continuar a ser expostos a novas variantes”.

Com a luz verde da Casa Branca, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen e o Presidente francês, Emmanuel Macron, mostraram-se disponíveis para debater a proposta mas o Governo alemão já se opôs à ideia, assinalando que “o fator limitativo na fabricação de vacinas é a capacidade de produção e os elevados padrões de qualidade, não as patentes”. Angela Merkel é o rosto dos opositores à ideia na União Europeia mas também o primeiro-ministro português, António Costa, que defende que a principal prioridade, neste momento, deve ser a capacidade de produção e de vacinação. Só que a radiografia mundial da vacinação mostram uma realidade profundamente desigual e é isto que países como a África do Sul e a Índia contestaram quando apresentaram uma proposta na Organização Mundial do Comércio. A África do Sul alertou mesmo, em termos bastante duros, para o

“apartheid da vacina” se países ricos armazenarem doses. As palavras foram de Cyril Ramaphosa, o Presidente sul-africano, num momento em que a África subsaariana é a região que menos administra vacinas em relação à sua população: cerca de 8 doses para cada mil pessoas, muito abaixo da média global, que é de 150 doses para cada mil pessoas. Em maio, o continente africano representava apenas 2% das vacinas administradas em todo o mundo. Um dos aliados dos governos indiano e sul-africano é o papa Francisco. Num evento de beneficência, Francisco afirmou que “uma variante desse vírus é o nacionalismo fechado, que impede, por exemplo, um internacionalismo das vacinas”. Nesse sentido, pediu “um espírito de justiça que nos mobilize para garantir o acesso universal à vacina e a suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual”.

## O que significa a suspensão das patentes?

Previsto no tratado internacional de propriedade intelectual, o conhecido “licenciamento compulsório temporário de patentes” pode ser acionado em situações de emergência ou de interesse público, como é o caso de uma pandemia. Ou seja, este mecanismo visa suspender as concessões que dão a farmacêuticas o direito ao monopólio da produção das suas vacinas por um determinado intervalo de tempo, até que a maioria da população mundial esteja imunizada. Para além disso, os defensores da suspensão recordam que boa parte da investigação das farmacêuticas foi feita com financiamento público. A acontecer, o levantamento temporário das patentes levaria a que não houvesse qualquer sanção aos países que fabricassem vacinas sem autorização dos titulares das patentes.

## TRABALHADORES

# Greve por mais salários e fim do sistema de avaliação

O dia nacional de luta convocado pela Frente Comum ficou marcado por greves em todo o país e uma concentração à frente do Palácio Nacional da Ajuda, onde se encontrava reunido o Conselho de Ministros, para exigir respostas às suas reivindicações.

Os trabalhadores da Administração Pública reivindicaram aumentos salariais de 90 euros e a revogação do sistema de avaliação que não lhes permite progredir na carreira profissional. “Esta não foi uma decisão tomada de ânimo leve”, sublinhou Sebastião Santana, líder da Frente Comum, aquando do anúncio da greve. Segundo o sindicalista, esta paralisação resultou de um longo período de falta de respostas por parte do governo aos problemas dos funcionários públicos.

As perturbações fizeram-se sentir em vários pontos do país. A recolha do lixo em muitos concelhos foi afetada, em nove a paralisação foi total. Várias escolas não chegaram a abrir, para além de tantas outras que foram afetadas pela falta de pessoal. O pré-aviso de greve não abrangia o setor da saúde devido ao contexto pandémico.

## PALESTINA

# Contra a ocupação, pela Palestina

Milhares de pessoas saíram às ruas em Lisboa e no Porto para exigir o fim da agressão de Israel à Palestina. As concentrações foram convocadas pela CGTP-IN, pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino. A secretária-geral da CGTP-IN exigiu ao governo português que contribua para acabar com essa agressão e que “reconheça o direito à autodeterminação e à soberania” do povo palestino, com a capital em Jerusalém Oriental.

“É uma agressão brutal que Israel está a fazer ao povo palestino, em cima de uma ocupação e de uma exploração enormíssima que tem sido feita àquele povo, que, nomeadamente na Faixa de Gaza, vive em condições sub-humanas. Exige-se ao governo português que rejeite estas agressões e apele ao governo de Israel que termine imediatamente com as agressões. E estando na Presidência da Comissão Europeia também sensibilize os outros Estados membros neste sentido”, referiu Isabel Camarinha.

Para a líder sindical, há a “exigência” de que Israel termine a “escalada da agressão” ao povo palestino, “agressão essa que já vem de algumas décadas, mas que agora tem o assassinio de centenas de palestinos, entre elas crianças”.

“Palestina vencerá” foi uma das muitas palavras de ordem entoadas nos protestos. Em Lisboa, a Praça do Martim Moniz ficou repleta de bandeiras palestinianas num clamor pelo direito daquele povo à sua terra.

## PALESTINA



O direito de autodefesa de qualquer Estado está garantido nas normas internacionais.

# Os dias em que a morte caiu do céu

Ricardo Meireles Santos

O reacender mediático da limpeza étnica nos Territórios Ocupados e a continuação do genocídio perpetrado por Israel, reacendeu o debate em torno da questão da Palestina. O drama é que, após o cessar-fogo anunciado, assim que as imagens da Cúpula de Ferro deixarem de atrair as atenções das edições internacionais da imprensa ocidental, o cenário será ainda pior do que era antes. Nem a destruição do edifício onde se encontravam os escritórios da Associated Press e da Al-Jazeera parecem ser suficientes para aguçar algum sentido crítico entre alguns jornalistas. O saldo, desta vez, traduz-se em 231 mortos, 61 crianças.

## Ignição em Sheik Jarrah

A resistência aos desalojamentos no bairro palestino de Sheik Jarrah, para que as residências possam ser ocupadas por israelitas, estiveram na origem do massacre que ocorreu durante onze dias na Faixa de Gaza, um campo de refugiados a céu aberto, que é alvo fácil para um dos exércitos mais desenvolvidos do Mundo. Estas operações de despejo fazem parte de uma limpeza étnica que acontece fora dos holofotes daquilo a que a imprensa ocidental gosta de chamar “comunidade

internacional”, por mais desumano que seja. Porém, tenhamos noção de quem é essa “comunidade internacional”: trata-se da UE, dos EUA, Japão, Coreia do Sul e dos países brancos do hemisfério sul, Austrália e Nova Zelândia.

## É o capitalismo, estúpido!

O posicionamento dos países da UE, incluindo o governo de Portugal, de total alinhamento com os EUA, não se explica por qualquer análise humanitária ou preocupação com os israelitas que defendem o direito do povo palestino à autodeterminação, e que sofrem retaliações por isso. O complexo industrial militar dos EUA e da UE precisa de um Médio Oriente instável. Dele dependem muitas das inovações militares conseguidas ao longo dos anos, como o uso generalizado de ataques por drones militares, e o próprio conceito da Cúpula de Ferro, financiado pelos EUA, que cobre o espaço aéreo de Israel. Entre 2009 e 2020, 70% das despesas israelitas com armamento foram para os EUA, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo. Já a Campanha Contra o Comércio de Armas avalia em 4,9 mil milhões de dólares a compra de armamento aos EUA por parte de Israel, entre 2013 e 2017. Convém lembrar que, enquanto apelava à contenção do que designa por

“conflito”, o presidente Joe Biden fechava um negócio de vendas de armas no valor de 735 milhões de dólares, avançou o Washington Post. O democrata tem ainda à espera uma aprovação do Congresso que prevê, até 2028, um financiamento militar a Israel na ordem dos 34,2 mil milhões de dólares. Por isso, não é de estranhar que tenha sido impossível chegar a uma declaração conjunta no Conselho de Segurança da ONU, reunido de emergência, uma vez que contou sempre com o veto dos estado-unidenses.

## Os direitos humanos e a UE

Que na UE, os direitos humanos pelos quais pugna variam de latitudes, já sabemos, mas é preciso ter muita ginástica para augurar-se na vanguarda quando, simultaneamente, Alemanha e Itália são responsáveis por uma parte substancial do que sobra dos 30% de comércio de armamento israelita. Os apelos tardios à contenção, forçados por uma opinião pública – diferente de opinião publicada – cada vez mais farta de imagens de crianças mortas às mãos de genocidas, obrigou ao apelo à “cessação do conflito por ambas as partes”, declaração vaga e vazia que já só convence quem quer ser convencido. Desta vez, as redes sociais, tantas vezes demonizadas, não permitiram que o massacre ficasse nos rodapés

dos espaços de informação e saltou para os assuntos mais comentados, em todo o mundo, durante os onze dias em que assistimos às imagens de horror.

## As costas largas do Hamas

O direito de autodefesa de qualquer Estado está garantido nas normas internacionais, mas há a questão da proporcionalidade na resposta a uma agressão por outro Estado e o respeito pelo Direito Internacional. Israel não cumpre qualquer dos dois, até porque não reconhece à Palestina o estatuto de Estado. Depois de ter ajudado a implantar o Hamas como interlocutor na Faixa de Gaza, uma estratégia que serviu para retirar autoridade à Organização de Libertação da Palestina e à Frente Popular de Libertação da Palestina, Israel recorre ao lançamento de rockets por parte daquela organização para justificar o bombardeamento de fábricas, escolas e, desta vez, nem o único centro de testagem à Covid-19 em Gaza escapou. Pode parecer estranho, pela forma como a informação nos chega, mas a Faixa de Gaza é uma área com uma densidade populacional de cerca de 5.000 pessoas por km<sup>2</sup>. Para termos uma ideia, Portugal tem 115 pessoas por km<sup>2</sup>. Os bombardeamentos pararam, mas o assédio diário aos palestinianos continuou no dia seguinte, com operações policiais na mesquita de Al-Aqsa. A morte caiu do céu e veio à terra.

## O súbito encanto da academia

Desta vez, a desculpa mais usada para não condenar o Estado apartheid de Israel foi a de que “não sabemos o suficiente” sobre a questão, que tem um contexto histórico complexo. Obviamente, podemos usar este argumento em qualquer discussão que decidamos não ter. Na verdade, este só surgiu agora porque, conforme referido, há uma viragem clara na opinião pública, que parece começar a não aceitar a narrativa mediática oficial. Neste capítulo, fica um apontamento em relação à SIC. Já há alguns anos que é difícil perceber se é aquele canal que tem um correspondente em Israel, ou se é Israel que tem um correspondente na SIC. Curiosamente, parece não ser necessário ter qualquer conhecimento histórico para debitar certezas sobre a realidade política da América Latina, por exemplo, do Leste da Europa ou da Ásia. Para isso, parece que estamos todos alegremente habilitados, como se estes fossem filhos de um deus menor, desmerecedores do nosso profundo conhecimento sobre tudo. Condenar o massacre constante de palestinianos às mãos da ocupação israelita não é uma questão académica. É decência.

## MULHERES



Foto de José Frade

Exposição inédita está patente no Museu do Aljube - Resistência e Liberdade.

## Sobre o nome Maria

Edite Queiroz

Três Marias, três mulheres, três escritoras, juntaram-se em Maio de 71 e resolveram escrever um livro que desse voz às mulheres deste país, libertando-as da condição subserviente e de silêncio a que a decência e costumes condenavam. Depois de três dias nas prateleiras, o conteúdo “insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública”, corajosamente editado pela Maria-Natália, é recolhido e destruído. As autoras

são levadas a tribunal. Enquanto isso, três exemplares chegam clandestinamente a Paris, às mãos de Maria-Simone, Maria-Marguerite e Maria-Christiane, dando origem a uma onda de protestos que percorre a Europa e os Estados Unidos. É a primeira causa feminista com expressão internacional. Poucos dias depois do derrube da ditadura, as três Marias são finalmente absolvidas – Era “o fim do escândalo”.

A história dessa audácia é contada no percurso construído pela Maria-Rita e pela Maria-Joana na exposição, “Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e

Outras Lutas”, patente no Museu do Aljube Resistência e Liberdade. Abrimos o livro para encontrar a carta de Maria à sua patroa, desculpando-se do cansaço e da fraca saúde, resultado das agressões de um marido diferente regressado da guerra, do trabalho sem folgas ou tempo para lamúrias. A de António para a menina Maria, a servir em Lisboa, rogando-lhe que fosse sua madrinha de guerra e lhe aliviasse a solidão. Ou a de Maria-sem-nome, abandonada no chão, inchando e sangrando, apesar de lhe cozer as batatas, lhe tratar da roupa, lhe parir os seis filhos que ele lhe fez. São histórias de pobreza, de sujeição e sacrifício.

O momento da absolvição não lhes devolveu a justiça. Uma curiosa entrevista, gravada apenas dias após o veredicto, mostra-nos um entrevistador a aventurar duas ou três novas acusações. A de que o livro não teria propriamente “a linguagem das coisas simples, que chega às pessoas”. A de que o livro seria até “um bocado chato”. Maria-Velho responde-lhe com o desinteresse em tornar as coisas simples e a vontade de tornar-nos capazes. Já Maria-Isabel aponta a estrutura social vigente como a principal culpada pela suposta inacessibilidade do texto. Maria-Teresa é mais directa: “És o quarto homem que me diz que o livro é chato e não o conseguiu ler até ao fim (...) nenhuma mulher diz isso, antes pelo contrário. Todas as mulheres o têm entendido e têm lido até, digamos, avidamente”.

Foi essa inquietação, e a de muitas outras mulheres que nunca baixaram os braços desde o cair da longa noite do fascismo, que seguiu levantando das sombras as histórias das Marias das cartas, lhes deu identidade e corpo e lhes somou a voz de outras vozes com elas. A exposição revela estas batalhas, lembrando que por elas prossegue o caminho da resistência, pela afirmação da igualdade, da justiça e da liberdade, na casa, na família, no trabalho, na comunidade, na política. Até que todas as vozes possam ser ouvidas, com a clareza a que têm direito.

A exposição temporária *Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas*, com curadoria de Rita Rato e Joana Alves, pode ser visitada no Museu do Aljube Resistência e Liberdade até 31 de Dezembro de 2021.

## Sugestões culturais

### Autobiografia não autorizada

Dulce Maria Cardoso



Acaba de ser editado o novo livro da escritora portuguesa, descrito como sendo “de intimidade sem precedentes na obra da autora: pessoais, memoriaísticas, transparentes, e tão depuradas que se tornam universais, as crónicas de Dulce Maria Cardoso abrem lugar para cada um de nós.”

### A Vez das Deusas

Museu do Oriente



“A Vez das Deusas, Cartazes da Índia” é uma exposição que viaja pela história dos cartazes Indianos enquanto objetos de devoção, para o culto aos deuses. A partir do final do século XIX, com a introdução das prensas para litografia na Índia pela mão dos colonos britânicos, os cartazes de divindades hindus tornam-se amplamente populares. Entrada gratuita

### NinaNinar

Vários artistas



Esta é a segunda vida de um concerto documental composto por 17 músicas de outros tantos cantos do mundo. Recolhidas junto de migrantes residentes em Arroios, estas cantigas narram histórias na primeira pessoa, íntimas e coletivas. A edição inclui partituras das músicas com melodia e cifra.

### Prazer, camaradas!

Documentário



José Filipe Costa leva-nos a 1975, na pós-revolução, quando uma mulher e dois homens viajam da Europa do Norte para trabalharem nas cooperativas das herdades ocupadas no Ribatejo. Trabalham no campo, dão consultas, mostram filmes de educação sexual e participam nos bailes, abalando as certezas de quem viveu tanto tempo em ditadura.

## REVOLUÇÃO



# As portas que Vasco abriu

Rui Vasco Silva

As celebrações do centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, membro do movimento dos capitães, da comissão que elaborou o programa do MFA e, depois, primeiro-ministro nos II, III, IV e V governos provisórios, são um bom pretexto para olhar o presente e nele identificar, mau graúdo todos os recuos que a restauração capitalista forçou, marcas fundamentais da sua acção que ainda hoje garantem direitos àqueles que foram sempre os destinatários fundamentais da política desenvolvida naqueles emocionantes meses de 1974 e 1975.

Vasco é sinónimo de libertação, direitos e igualdade. A sua acção, permanentemente boicotada e perturbada por aqueles que sempre procuraram criar as condições de desestabilização que conduzissem à restauração capitalista, foi marcada pela concretização de uma série de medidas – as grandes conquistas da Revolução – que, mais tarde, foram no fundamental vertidas na Constituição aprovada em 1976, muitos meses depois dos acontecimentos de novembro de 1975, essa data fetiche da contra-revolução portuguesa.

A acção determinante de Vasco Gonçalves começa logo em novembro de 1974, com o decreto-lei 660/74, relativo à intervenção do Estado nas empresas em dificuldade, o que permitiu, num período em que a sabotagem económica procurava criar as condições de retrocesso, salvar a economia, salvaguardar postos de trabalho e manter o rumo libertador que outras medidas – de forte cariz social – acabariam por solidificar.

Neste quadro, vale a pena lembrar também o decreto-lei 540/74, que permitia ao Estado nomear representantes seus junto das administrações das empresas do sector financeiro, antes da sua nacionalização, como for de controlar as movimentações financeiras, assegurando a liquidez dos bancos.

Os últimos meses de 1974 e o início de 1975 foi um período de grande luta no sentido de não fazer recuar a Revolução. Ora, após março de 1975, a dinâmica foi

outra: era já tempo de fazer avançar o processo revolucionário. Porque ao contrário do que hoje se diz, numa tentativa sem pudor de perversão da memória histórica de abril e das suas conquistas, o programa do MFA não era nem “neutro”, nem vago na definição de medidas tendentes à concretização dos chamados “três Ds”.

No domínio do desenvolvimento, por exemplo, o Programa do MFA referia de forma explícita “uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista”.

Por outro lado, importa lembrar aos mais esquecidos, que pelo menos até ao 4º Governo Provisório, os principais partidos políticos portugueses estavam representados no governo, incluindo com pastas relevantes. Nos 2º e 3º governos provisórios encontravam-se Álvaro Cunhal (PCP, sem pasta), Joaquim Magalhães

Pinto (PSD, sem pasta), Francisco Salgado Zenha (PS, pasta da Justiça) e Mário Soares (PS, pasta dos Negócios Estrangeiros, passando a ministro sem pasta no 4º governo provisório).

Os governos liderados por Vasco Gonçalves protagonizaram medidas de elevado alcance e importância social, consagrando direitos políticos e associativos, reintegrando funcionários públicos saneados, controlando os efeitos da inflação e garantindo condições de vida às camadas populares com menor capacidade de consumo.

Numa recente publicação editada pela Associação Conquistas da Revolução, pode ler-se em artigo assinado por António Quintas que “são também dos Governos de Vasco Gonçalves, a criação do Subsídio de Natal para Reformados e Pensionistas; o direito de Manifestação e Concentração; a actualização do Salário Mínimo Nacional em 21% (...) que havia sido criado no ano anterior, a responsabilização do Governo na promoção da contratação colectiva; a criação dos Feriados de 6.ª feira ou 2.ª feira pós Páscoa e 24 de Dezembro e a suspensão dos despedimentos sem justa causa; a criação do suplemento de Grande Invalidez; a criação do subsídio de desemprego; a Lei Sindical; a Melhoria do Regime de Protecção Social dos trabalhadores agrícolas; o Feriado do 25 de Abril”.

Recordem-se ainda a Lei da Imprensa e a Lei Eleitoral, ou a Lei da Reforma Agrária, esta consagrada na Constituição de 1976, muitos meses depois da saída de Vasco do Governo, nos seguintes termos: “A reforma agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista (...)” (artigo 96º da CRP 1976).

O curto 5º governo provisório, que o próprio Vasco define como aquele que ao longo de mais de oito séculos da história portuguesa mais próximo esteve “dos interesses e das aspirações mais profundas do nosso povo”, atacado e fustigado por conspirações, procurou ainda concretizar novas medidas que fizessem avançar o país e a revolução. Todavia, o MFA boicotava o seu próprio papel na libertação do país e Vasco Gonçalves acabaria por ser sacrificado num momento de convulsão que já deixava adivinhar os acontecimentos de novembro de 1975.

Vasco foi um homem muito à frente do seu tempo e, simultaneamente, o homem de que Portugal precisou naquele preciso momento. Os trabalhadores portugueses devem-lhe, ainda hoje, em 2021, avanços que a contra-revolução não foi ainda capaz de dismantelar.

INSTITUCIONAL

**Doe 0,5% do IRS à Voz!**

Assinale o **campo 11** e preencha com o NIF **500 259 518**.

Este apoio não tem qualquer custo: a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado.

**Ajudar assim não custa**

**A VOZ DO OPERÁRIO**